EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 1, de 2023, à MPV nº 1.139, de 2022)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória (MPV) nº 1.139, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Para as renegociações extraordinárias de que trata o art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, realizadas até 31 de março de 2025, aplicam-se as disposições deste artigo.

.....” NR

“ Art. 4º Os bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento ficam autorizados a realizar, uma única vez, até 31 de março de 2025, por solicitação dos beneficiários, substituição de encargos das operações de crédito rural e não rural contratadas até 31 de dezembro de 2018 pelos encargos correntemente utilizados para contratação de nova operação, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e os novos encargos passarão a ter validade a partir da data de sua formalização por meio de aditivo ao contrato.”(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda de Plenário ao PLV nº 1, de 2023, tem por objetivo restabelecer prazos mais adequados para renegociação de dívidas de operações de crédito rural e não rural contratadas até 31 de dezembro de 2018 pelos fundos constitucionais de financiamento.

Estamos seguindo na mesma direção aprovada pela Câmara dos Deputados para as alterações dos arts. 3º e 4º da Lei nº 14.166, de 2021, como forma de ampliar prazos. Porém, consideramos que o prazo de um ano após a aprovação da Lei decorrente do PLV nº 1, de 2023, seja insuficiente.

Dessa forma, com a aprovação da presente emenda, teríamos um prazo razoável para a renegociação de dívidas, até 31 de março de 2025,

próximo a dois anos, em vez do prazo de apenas um ano estabelecido pelo PLV, que julgamos insuficiente.

Vale lembrar que o Decreto nº 11.064, que regulamentou os referidos arts. 3º e 4º da Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, foi publicado somente em 6 de maio de 2022. Também pelo tempo requerido de elaboração e publicação das normas internas dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais, a possibilidade prática de renegociação só foi colocada à disposição dos mutuários no início do segundo semestre de 2022 e, assim, restaram menos de 180 dias úteis para elaboração de cálculos e apresentação de planilhas. Esses atrasos na sua operacionalização comprometeram a eficiência e a eficácia da lei em seu propósito de recuperar valores baixados em prejuízo na contabilidade dos respectivos fundos, reduzindo ou anulando o efeito benéfico que essa recuperação de ativos teria.

Por essas razões, solicito aos ilustres Parlamentares apoio a esta Emenda.

Sala das Sessões,

Senador **CARLOS VIANA**